Ata da 88ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 18 de dezembro de 2014, com início às quatorze horas e trinta e nove minutos sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Pedro Martendal, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Rui Capelão, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE –** Ofício nº 043/2014 do gabinete do vereador Robertinho Magalhães, comunicando ausência nesta sessão. Emenda 1 ao Projeto de lei nº 129/2014. Emenda 2 ao Projeto de lei nº 129/2014. Emenda 3 ao Projeto de lei nº 129/2014. Projeto de lei nº 156/2014. Projeto de lei nº 157/2014. Veto total ao Projeto de lei nº 075/2014. Ofício nº 553/2014 do gabinete do executivo municipal, solicitando o arquivamento do Projeto de lei nº 131/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 220/2014, solicitando dilação de prazo para resposta ao requerimento nº 305/2014. Ofício SEJAUR/ATL nº 214/2014, solicitando dilação de prazo para envio de resposta ao requerimento nº 288/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 219/2014, em resposta ao requerimento nº 307/2014. Parecer nº 689 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei 149/2014. Parecer nº 690 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei 153/2014. Parecer nº 691 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei 152/2014. Parecer nº 692 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de resolução 16/2014. Parecer nº 693 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento a emenda 1 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 694 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento a emenda 2 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 695 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento a emenda 3 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 696 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei complementar 9/2014. Parecer nº 697 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei 154/2014. Parecer nº 698 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei complementar 8/2014. Parecer nº 699 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei 150/2014. Parecer nº 700 favorável da comissão de saúde e assistência social ao Projeto de lei 150/2014. Parecer nº 701 favorável da comissão de saúde e assistência social ao Projeto de lei 153/2014. Parecer nº 702 favorável da comissão de viação, obras públicas e urbanismo ao Projeto de lei 146/2014. Parecer nº 703 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei 146/2014. Parecer nº 704 favorável da comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei 151/2014. Parecer nº 705 favorável da comissão de justiça e redação a emenda 1 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 706 favorável da comissão de justiça e redação a emenda 2 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 707

favorável da comissão de justiça e redação a emenda 3 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 708 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei 153/2014. Parecer nº 709 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei 151/2014. Parecer nº 710 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei 150/2014. Parecer nº 711 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei complementar 8/2014. Parecer nº 712 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei 155/2014. Parecer nº 713 favorável da comissão de defesa do consumidor a emenda 2 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 714 favorável da comissão de defesa do consumidor a emenda 3 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº. 715 favorável da comissão de defesa do consumidor a emenda 3 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 716 favorável da comissão de obras públicas e urbanismo a emenda 1 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 717 favorável da comissão de viação, obras públicas e urbanismo a emenda 3 ao Projeto de lei 129/2014. Parecer nº 718 contrário da comissão de viação, obras públicas e urbanismo a emenda 2 ao Projeto de lei 129/2014. Moção 13/2014. Moção 14/2014. Moção 15/2014. Indicações nº 1107 a 1125. Requerimentos nº 309 ao nº 316. Inscritos para o grande expediente os vereadores: João Paulo, Cláudio Gaiteiro, Rui Capelão, Nei H. Haveroth, Vanderlei Augusto da Silva e Pedro Martendal. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA –** Presidente: Damos início à ordem do dia. O projeto de lei nº 129/2014 de autoria do poder executivo municipal, que estabelece valores venais dos imóveis urbanos que servirão de base para o imposto predial e territorial urbano – IPTU e demais tributos imobiliários e dá outras providências, aprovado em primeira votação na segunda-feira teve a apresentação de algumas emendas. A primeira delas é a nº 1 que é de autoria do vereador Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Jorge Bocasanta e Rui Capelão; em discussão a referida emenda. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Senhor presidente, senhores vereadores, imprensa, comunidade que nos acompanha. Nós apresentamos essa emenda, votamos favoravelmente na primeira sessão que discutiu esse projeto, apresentamos essa emenda fazendo algumas correções. Eu entendo e os vereadores que subscreveram comigo também têm esse pensamento que, nós não podemos neste momento aplicar um aumento tão grande, ou seja, 35%, mais 6% da correção que já está inclusa e, já passou por essa Casa na unidade fiscal do município. Entendemos que a economia não comporta esse aumento, neste momento. Entendemos também que houve valorização dos imóveis, mas ela não foi uniforme. Alguns bairros onde a valorização foi superior a outras, com uma diferença muito grande. Ao aumentar de forma linear nós estaremos prejudicando alguns contribuintes em detrimento de outros; então entendemos que 7% neste momento está de bom tamanho e, sugerimos que se aumente os 35% em 5 anos diluído. Se ano que vem a economia deslanchar, podemos rever esses valores. Se o prefeito mandar um outro projeto pedindo um índice maior, nós aprovaremos com certeza. Temos conhecimento da diferença no valor dos imóveis, mas neste momento é inadequado um aumento de 35%. Também pedimos

alteração do item 2, na tabela 4, onde está os valores referentes a casas. Nós entendemos que assim como apartamentos têm padrão A, B, C, e D; entendemos que as casas também deverão ser classificadas nesta proporção. Não podemos taxar da mesma forma uma casa com padrão mais alto, com uma casa com custo menor num bairro popular; então também, propomos essa alteração pegando por base a questão dos apartamentos na mesma proporção. Então dessa forma, espero contar com o entendimento dos senhores e entendemos que esse índice é o mais adequado pra esse momento. Obrigado. (-Questão de ordem) – Presidente: Por que a sessão Câmara televisão não está funcionando hoje? – Presidente: Estou sem essa informação porque, mas em geral está tendo dificuldade aqui na transmissão, mas em geral em casa tem funcionado. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Senhor presidente, senhores vereadores, imprensa. É um momento difícil pra representantes dessa Casa decidir alguma coisa que pode pesar no bolso da população. Entendo que o poder executivo faz seus projetos pensando no município e assim, tenho um respeito pelos planejamentos que o município faz, mas nós nesta Casa temos que olhar muito bem a população; porque nós representamos nossa população e me parece que o poder executivo está acreditando que nossa população, sejam eles: professores, profissionais da imprensa, funcionários públicos, da construção civil, do transporte coletivo, estão todos com dinheiro derramando no bolso, sobrando pra poder aplicar aumentos altíssimos. Talvez as empresas as quais eles pertencem, receberam um aumento condizente com os aumentos que estão sendo aplicados neste instante. Sabemos que o Brasil passa por momentos difíceis e não é tirando da população que vamos resolver o problema do Brasil, que passa por momentos difíceis. O Brasil passa por momentos difíceis por falta de administração e assim temos em todos os escalões: federal, estadual e municipal; portanto, nós temos que ter essa consciência que os trabalhadores não estão tendo reajuste nem próximo do que está sendo aplicado pelos governantes. Quero dar os parabéns aos deputados de Cascavel que, quando viram que o aumento ia doer no bolso da população, aumentando o IPVA em 50%, onde a metade vem pra o município; portanto o município já está ganhando 50% no IPVA, eles votaram contrário, porque entenderam que a carga era muito pesada. E assim estão vindo outros impostos, como: IPI, etc. que estão aumentando e bastante. Isso que o Estado está aumentando vem de encontro com nosso município e o prefeito está gozando desses aumentos; portanto, aqui no município temos que ter regras. Nós vimos que o município de Curitiba aumentou 8% mais a inflação e foi brigado pra aumentar esses 8%, lá. Por que aqui temos que dar aumento de 35% mais a inflação? Isso é absurdo. E nós temos apresentado emendas pra que esse valor seja parcelado. Tem que corrigir? Vamos corrigir em 5 anos, assim como o Instituto de Previdência aqui, parcelou em 30 o que deve; nós aqui também temos que parcelar também se existe alguma defasagem, neste sentido. Vamos pensar melhor na nossa população. Um documento que veio da Acic representando o grupo dos 8, esse documento não vejo ali que estejam ali, os sindicatos, não; está ali a aprovação do sindicato pra esses 20%, portanto não é a

classe trabalhadora que está apresentando aquele aumento, são os empresários. E nós precisamos representar aqui, não só os empresários como a classe trabalhadora. O professor paga seu IPTU, não é isento, os profissionais da imprensa também, não são isentos, os trabalhadores da construção civil nem todos são isentos; porque ganham mais de 2 salários mínimos. Não dá pra nós aceitarmos determinadas coisas, até aceitamos 35% se está defasado; mas vamos pagar em 5 vezes mais a correção. Acho que temos que trabalhar em cima do justo. Não estamos contra a administração pública, estamos até favorável que pague os 35%, mas de forma que isso não pese no bolso da nossa população que vai vir custos de caderno que vão aumentar, de livros, calçados, roupas, tudo vai aumentar da forma que está o Brasil hoje e, como a população vai resistir a isso aí? A inadimplência vai aumentar, estamos tentando fazer de forma justa, neste nosso projeto. Nós estamos querendo fazer com que os impostos sejam pagos de forma gradativa e com respeito ao poder aquisitivo da população; por isso peço aos vereadores que em respeito à população, ao nosso trabalhador que vote favorável a essa emenda. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Senhor presidente, senhores vereadores, comunidade, imprensa. Sou coautor dessa emenda que está tramitando, em discussão, em conjunto com o vereador Pedro Martendal, o Rui Capelão e o Bocasanta. Entendo a necessidade de discutir o IPTU da nossa cidade. Entendo inclusive que está muito defasado e que o município precisa pra os próximos anos fazer um plano, pra poder organizar o IPTU. Nós estamos aqui, discutindo o valor do IPTU que é um dos poucos impostos que fica no município; porque é imposto livre. Nós também temos que lembrar que, o nosso governo do Estado do Paraná aprovou um pacotaço que não chega nem perto do que estamos discutindo no IPTU e vai atingir o bolso do trabalhador; principalmente o IPVA que vai ficar muito mais caro a partir do ano que vem. Gostaria de dizer, assinei conjuntamente essa emenda e, entendo que o município de Cascavel tem que discutir o aumento do IPTU pra os próximos anos, fazer um plano, porque está defasado. O IPTU faz anos que não aumenta, só o reajuste da inflação. Hoje 12000 famílias são isentas do IPTU em Cascavel. As famílias que ganham até 2 salários mínimos estão isentas, assinei essa emenda junto com os demais companheiros vereadores e quero pedir voto favorável nesta emenda, que estamos discutindo. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor presidente, nobres colegas, na realidade o seguinte: ano passado a gente já aumentou 15%, 100% de inflação, esse ano o prefeito pede 35% que seria 500% de inflação. Entendo que em Cascavel os valores estão defasados, mas sempre falo aqui que o que precisa? Não é aumentar linear. Eu sei, há informação que tem uma quadra perto do terminal rodoviário que está avaliado em R$ 200.000,00; você vai numa casa no Brasmadeira está valendo 70, 80 mil. Então o valor em si que estão fazendo não é uma coisa justa. Seria justa que essa quadra de 250 mil tinha que valer 2 milhões; daí seria arrecadado muito mais. Esse imposto de 30%, 35% vou votar a favorável de 7, mas é muito e não tinha que aumentar nada. Tinha que aumentar o valor dos imóveis.

A casa que moro está avaliada em R$ 76.000,00. O João Paulo conhece minha casa, o Fernando Winter também conhece, acha que vale só R$ 76.000,00 minha casa? Você vai no Cascavel Velho, o cara que financiou Minha Casa Minha Vida está por R$ 80.000,00 a casa dele; então o que precisamos fazer? Precisamos fazer uma avaliação correta. Não é aumentar 20, 30, muitas vezes tem até que abaixar; tem tanto dinheiro nesta cidade que poderia até abaixar o IPTU. Falta dar valor a quem tem valor não só valor pra quem financia nos bancos. E falei várias vezes, quando vai vir o IPTU sério, valorização séria porque aqui em Cascavel é um absurdo, o cara põe pra vender nunca vende. Esses 20% que mandaram esse mês é até muito. Se fossem fazer avaliação correta, fizessem estudo de rua por rua, bairro por bairro, o IPTU de Cascavel seria justo, seria até diminuído de tanto dinheiro que ia sobrar. Vejo que esse aumento linear de 7%, 100% de inflação já é muito pra população de Cascavel, visto que já foi dado 100% de aumento no ano passado. Falta a correção da planta genérica de Cascavel; daí a prefeitura fará justiça. O que falta em Cascavel? É a correção dos imóveis. Um exemplo aqui, uma quadra que custa 250 mil e uma lá 70, 80 do Minha Casa Minha Vida; a minha vontade é votar 0 de aumento e a prefeitura que seja coerente e faça o valor certo. Não o valor que as imobiliárias cobram, o valor justo que poderá até ser diminuído o valor do IPTU. Mesmo assim voto nesta emenda; assinei junto com o João Paulo a outra, também interessante, porque antes de 35, 20 é melhor. A partir do momento que se fizer a correção justa dos imóveis, os ricos pagarão impostos e os pobres pagarão menos. Era isso, peço voto favorável e que a prefeitura faça ano que vem um estudo coerente do valor dos imóveis e nós estaremos aqui, votando pra diminuir o IPTU de quem tem imóvel justo. Era isso, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Senhor presente, nobres vereadores, assistência, imprensa, importante dizer também e fazer uma análise da questão do IPTU e concordar também, com o vereador Jorge Bocasanta da necessidade de nós, no ano que vem, só discutirmos o IPTU de Cascavel mediante correção justa da planta genérica da avaliação dos imóveis de Cascavel. Já comentamos isso no ano passado, essa Casa está cumprindo com o seu papel de buscar entendimento que é preciso fazer isso, pra que nós tenhamos o imposto justo. Também entendo que a população de Cascavel sabe diferenciar o que é imposto injusto e essa contribuição justa. Conversei com muitas pessoas e elas entendem que é possível um reajuste do IPTU em Cascavel dentro de um padrão aceitável, pra que amanhã ou depois nós não vemos aqui no município de Cascavel funcionários públicos sem receber salário. Talvez muitos não acompanharam na história de Cascavel, já acompanhei mais de 20 anos de perto a administração de Cascavel e já vi final de ano, os funcionários públicos não terem 13º, não terem recebido salário, só no outro ano foram receber salário. Isso não é justo e temos que ter a responsabilidade administrativa neste sentido. Lógico que ninguém quer pagar imposto, mas é preciso ter a responsabilidade. O Brasil vive uma crise institucional administrativa, mas aquilo que é local e onde podemos enquanto, cidadãos responsáveis pelo município poder ajudar, é muito importante. Eu não vi na

administração do atual prefeito nenhum mês, nenhum fornecedor do município de Cascavel dizer que nunca recebeu do município; não vi fornecedores do município de Cascavel há mais de anos sem receber do município. Enquanto que no passado por falta de uma gestão responsável. Acredito que, se o município está pedindo isso pra os vereadores é porque o país vive uma crise e como diz meu pai: do coro sai a correia e nós vivemos no sistema capitalista. Infelizmente e já vimos aqui, retirar do imposto do IPTU e ninguém reclamou que é a taxa de sinistro, que é um serviço essencial pra o município de Cascavel e baixou lá, também e então o município vai ter que garantir esses serviços essenciais pra população. O que é o serviço público e o poder público? Ele tem que garantir os serviços essenciais pra população e de onde ele tira esse dinheiro? Tem que vir de algum lugar. Acredito que não vou votar a favor dessa emenda, na hora do projeto vou me manifestar por entender que esse aumento gradativo de ano a ano vai reincidir sobre o aumento anterior. Quando você dá um percentual esse ano, ano que vem outro percentual a conta gotas, sem perceber o contribuinte está sendo penalizado; porque ele vai fazendo uma somatória de reajuste. Em vez de 35 no final vamos pagar 50%. Temos que analisar com cuidado, porque é responsabilidade. Nenhuma pessoa com a qual me aconselhei hoje, disse que era injusto ou que eu deveria votar contrário ao projeto original. Era o que tinha, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaiteiro. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Momento difícil, momento de reflexão, de muita discussão acho que a Câmara de Vereadores de Cascavel está passando. Vamos votar o reajuste do IPTU estamos sendo a favor ou contra a população? Estamos aqui definindo um aumento justo e razoável, conforme foi constatado nas diversas discussões que tivemos, os valores venais dos imóveis estão defasados? É justo esse aumento? Estamos a favor ou contra a população? Evidente que, no momento que existe uma arrecadação um pouco maior pra o município vai reverter em obras, educação, saúde, sendo que 40% da arrecadação do IPTU, vai 15 pra saúde e 25 pra educação. Nós temos tirado esses benefícios da população. Aquelas pessoas mais carentes, nos bairros mais carentes são aquelas pessoas que a gente sabe que pagam menos impostos, porém vão ser beneficiados; como aquelas pessoas que estão na área central que vão pagar mais pra então, colaborar com essas pessoas. Conversava com um senhor que, conhece uma pessoa que tem uma moto no valor de 7500 reais, essa moto está pagando 312 reais de IPVA e de seguro obrigatório e que mora numa casa no valor de 180, 290 mil reais e vai pagar aí em torno de 230, 240 reais de IPTU, com reajuste. Sabendo que esse IPTU vem em benefício pra Cascavel e o IPVA vem apenas 50%, pra Cascavel; é um momento difícil, de raciocínio, de pensar. Escutei diversas conversas a respeito, onde a nível federal, estadual e aqui mesmo municipal; os gestores, os legislativos não estão preocupados com o aumento ou com a diminuição da carga tributária, estão pensando na reeleição, como vou pedir voto ali na frente se eu votar contra ou favorável. Nós temos que ser responsáveis, pensar o momento que o município está passando e votar consciente que o gestor público tem que estar ao lado da população mais carente e que são os que mais precisam do poder

público. Seria isso presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Senhor presidente, senhores vereadores, imprensa do município de Cascavel. Depois da sessão de segunda-feira fui pra casa esperançoso, com as palavras do vereador Fernando Winter que dizia naquela sessão da importância de buscarmos o consenso que vem do bom senso. Por alguns instantes imaginei isso ser possível, vereador Nei H. Haveroth. E já dizia naquele momento que o consenso só seria possível se nós tivéssemos um diálogo aberto, franco, pautado na responsabilidade de cada um dos senhores vereadores e não levado pela demagogia, pelo interesse eleitoral, político, pra ganhar mais meia dúzia de votos. Dizia que o consenso seria possível se cada um dos vereadores soubesse o que está votando nesta tarde. A importância, o futuro de Cascavel, mas já vendo o pronunciamento de alguns vereadores, a minha esperança caiu por terra. Vejo que o interesse político, eleitoral, a vontade de fazer média, a demagogia, fala mais forte que o interesse do município de Cascavel e digo com muita tranquilidade. Propor um reajuste de 7% é uma brincadeira de mau gosto, brincadeira política, totalmente desprovida de bom senso; porque os números são muito evidentes e são claros. É importante que a população saiba o que estamos deliberando nesta tarde. Cascavel teve uma receita de IPTU de 21 milhões de reais. Toledo, muitas vezes elogiada nesta Casa por alguns vereadores, e modelo pra Cascavel; Toledo arrecada quase 18 milhões de IPTU. Olha a diferença do tamanho dessas 2 cidades. Maringá, cidade canção, linda cidade, organizada, arrecadou esse ano, quase 85 milhões de reais de IPTU, 85 milhões e Cascavel 21 milhões. Aí fui alcançado semana passada por alguém me dizendo que, Curitiba tinha proposto um reajuste de 5% mas se arrecadássemos o que Curitiba arrecada proporcionalmente, provavelmente nem a inflação íamos pedir de reajuste; porque Curitiba arrecada 212 reais por habitante de IPTU. Cascavel está arrecadando 69 reais por habitante, se comparado na proporcionalidade do IPTU e Maringá 217 reais; então esses dados são evidentes e claros. Toledo arrecada 136 de IPTU por habitante, Cascavel 69 reais; esses números nos remetem a uma só necessidade, é preciso que esses vereadores, essa legislatura corrija, ou seria de bom tom ficarmos acusando o passado: “Deviam ter feito isso e não fizeram, foi irresponsabilidade, mas agora também, não vou fazer minha parte porque lá atrás não fizeram.” Acho que fomos eleitos pra representar o povo de Cascavel, mas acima de tudo nos preocupar com o futuro da nossa cidade e governar uma cidade, ser um homem público não é só tomar medidas populares. Com medidas populares ninguém governa, uma pessoa “ai” do povo de Cascavel e agora fiquei preocupado com o posicionamento do vereador Jorge Bocasanta se for esse o pensamento da turma que me cerca, ai do povo de Cascavel de ter um prefeito que só saiba dizer sim e que não saiba dizer não, que não saiba tomar medida impopular, em 5 anos o município quebra, senão em menos. Então vou apelar pra o bom senso, pra a responsabilidade dos senhores vereadores. Somos os agentes públicos mais próximos da população, sabedores das carências sociais de Cascavel, das demandas sociais de Cascavel, mas não temos fábrica de dinheiro. O dinheiro não surge de uma mágica, é preciso arrecadá-lo. Os números demonstram, o

IPTU está defasado, essa Casa precisa agir com responsabilidade pra que a gente possa fazer frente a todas essas demandas. Então uso dessa palavra, dessa reflexão e cito só mais uma questão, em 2009 tínhamos 2000 mil vagas em Cmeis e estamos agora em 2015, entrando com 6000 vagas de Cmeis, sabemos que tem uma demanda reprimida de 2000 vagas a mais. Isso custa, é necessário contratar funcionário, equipar o Cmei e obviamente que, o município precisa estar preparado. Sem dizer que estamos à beira de uma crise nunca vista no Brasil, nem sabemos se o governo federal conseguirá manter o FPM como está mantendo, com dificuldade. E por isso que termino minha fala, pedindo voto contrário a essa emenda de 7% e pedindo que os senhores vereadores tenham a sensibilidade e a noção exata do que estamos votando neste momento. Obrigado. – Presidente: Senhores, em votação a emenda nº 1 de autoria dos vereadores Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Jorge Bocasanta e Rui Capelão; emenda nº 1 ao projeto de lei nº 129/2014, conforme debate até este momento. Senhor secretário, proceda à votação nominal por gentileza. (Foram favoráveis os vereadores: Jorge Bocasanta, Pedro Martendal, Rui Capelão e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Luiz Frare, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Paulo Porto, Nei H. Haveroth e Rômulo Quintino) – Secretário: Com 14 votos contrários e 4 favoráveis, emenda prejudicada. – Presidente: Com 14 votos contrários e 4 favoráveis, está rejeitada a emenda nº 1. E antes de iniciarmos os debates da emenda nº 2, quero convidar o vereador Nei H. Haveroth, pra nos dar a honra de também se acomodar na mesa principal, no lugar do vereador Robertinho Magalhães que está ausente, nesta tarde. Temos a emenda nº 2 que é de autoria do vereador Jorge Bocasanta, que também faz referência ao projeto nº 129. A referida emenda teve o parecer contrário da comissão de viação, obras públicas e urbanismo; em discussão o parecer contrário à referida comissão. – Vereador Jorge Bocasanta: Gostaria que a comissão se manifestasse, não entendi o porquê do parecer contrário. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o presidente da comissão de viação, obras públicas e urbanismo, o vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Presidente, vereadores, assistência e imprensa que cobre essa sessão, boa tarde a todos. Vereador Jorge Bocasanta, a sua emenda já há poucos minutos tivemos uma discussão, porque ela é bem polêmica. Ela diz assim no artigo 6º: *A regulamentação, o lançamento e as isenções do IPTU estão disciplinadas na lei 5321/2009 podendo, prestar bem atenção na redação, podendo outras disposições serem regulamentadas por nova lei.* Se nós aprovarmos essa emenda aqui, vereador, você mesmo sempre na sua fala diz que temos que fazer o certo, o correto; então não é nada político pelo contrário, te admiro muito, mas nós temos que fazer o que é certo. Aprovando essa emenda, o executivo vai ficar totalmente engessado em qualquer projetinho, qualquer isenção ao nosso legislativo; por isso a comissão de obras entendeu que ela é inconstitucional. Não sei porque a comissão de justiça deu parecer favorável a essa emenda, nós estudamos bem, ficaram dúvidas, discutimos ontem à tarde, eu e o Paulo Porto e chegamos a esse

discernimento que, o executivo ficaria muito engessado com essa sua emenda. Então a explicação seria essa, vereador Jorge. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Presidente, colegas. O IPTU Fernando Winter, todos devem pagar, decreto, se o prefeito tem autonomia pra fazer decreto, vai decretar o quê? Que o Jorge Bocasanta não precisa mais pagar IPTU, então o que digo? Por decreto não pode. O IPTU, ele a exceção de uma indústria, de uma coisa diferente que chegar no nosso município, ele vem na Câmara e com certeza vão aprovar. Não pode deixar a caneta pra ele, pra ele por decreto ser tão autoritário e favorecer os amigos e aos inimigos, a lei, é só isso. Ninguém quer engessar ninguém, concordo com o que você fala. Só que por decreto é muita autonomia pra uma pessoa só, porque não é aquele IPTU de 10, 20, 30 reais que o Marcos Rios e eu vamos lá pedir pra diminuir um pouco; mas vai ter toda autonomia pra fazer, por exemplo: fulano de tal não vai mais pagar nada. Está baseado na lei. Não é isso. Peço voto contrário a esse parecer e... – Vereador Fernando Winter: Mas existem os requisitos, as exigências de que realmente é, pelas informações do vereador Frare que existem 12000 isentos e alterando tem as exigências pra que essas pessoas possam ficar isentas do pagamento, devido a isso. – Vereador Jorge Bocasanta: Não precisa decreto pra fazer isso. Mas se ele quiser saindo dessa realidade... – Vereador Fernando Winter: Precisaria apresentar então as documentações necessárias pra ficar isento, de acordo com esse raciocínio. – Vereador Jorge Bocasanta: Fernando, esse não precisa decreto, está na lei e fora esses cidadãos que tem direito, se manter o texto original tu vai estar dando pleno direito pra o prefeito fazer qualquer coisa e esses que já estão isentos não precisa decreto é só seguir a lei. (-Um aparte) – vereador Fernando Winter: Sim. – Vereador Nei H. Haveroth: Não entendi também, porque a comissão de viação, obras públicas e urbanismo deu parecer em relação à emenda, acho que não é atribuição dela. A emenda do vereador está correta, mas o parecer está equivocado. (- Um aparte) - Vereador Rui Capelão: Custei entender a emenda do vereador Jorge Bocasanta, mas acho que está corretíssima. Ele quer dizer que numa lei de repente você faz um decreto alterando uma lei, então acho que a lei tem que ser cumprida. Pra ser alterado determinado dispositivo tem que ser com uma outra lei, uma lei complementar, algo neste sentido. Acho que quando se faz a lei é pra respeitá-la, então tem sentido o que o vereador Jorge Bocasanta escreveu e até sou favorável respeitando até a autoridade do prefeito, porque tem muitos casos que ele usa o decreto e isso é legal. Mas acho que neste caso como é uma lei, acho que deve pedir pra Câmara uma autorização pra determinados caminhos, certamente irá ter esse caminho. Obrigado. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Realmente essa emenda passou na comissão de justiça que é a comissão adequada pra analisar isso. Nós estamos discutindo uma questão de legalidade e constitucionalidade, nos reunimos e a comissão por unanimidade deu parecer legal a emenda, inclusive com respaldo do departamento jurídico dessa Casa. Entendemos a sua preocupação, mas a comissão de justiça analisou nos seus detalhes tanto a legalidade como a constitucionalidade e os 3 membros da comissão optaram pelo parecer favorável. Só

como esclarecimento. Obrigado. – Vereador Rui Capelão: O parecer é de hoje, isso aqui né? Parece que os advogados tinham até sido mandados embora antes; então fica até complicado o parecer jurídico. Deveria ter parecer, mas não tem. Obrigado senhor presidente. – Presidente: senhores em votação o parecer contrário da comissão de viação, obras públicas e urbanismo a emenda nº 2, emenda essa ao projeto de lei nº 129/2014, secretário proceda votação nominal por gentileza. (Foram favoráveis os vereadores: Paulo Porto e Fernando Winter) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Luiz Frare, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Jorge Bocasanta, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Nei H. Haveroth e Rômulo Quintino) – Secretário: com 16 votos contrários e 2 favoráveis; parecer rejeitado. – Presidente: Com 16 votos contrários e 2 favoráveis está rejeitado o parecer da comissão de viação, obras públicas e urbanismo; sendo possível então a deliberação da emenda; em discussão a emenda. Em votação; a emenda nº 2 modificativa de autoria do vereador Jorge Bocasanta ao projeto de lei nº 129/2014. Senhor secretário, proceda votação nominal por gentileza. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Luiz Frare, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Jorge Bocasanta, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Nei H. Haveroth e Rômulo Quintino) (Foram contrários os vereadores: Fernando Winter, Paulo Porto e Pedro Martendal,) – Secretário: Com 15 votos favoráveis e 3 contrários; emenda aprovada. – Presidente: com 15 votos favoráveis e 3 contrários está aprovada a emenda nº 2 ao projeto nº 129/2014. Por fim das emendas, a emenda nº 3 ao mesmo projeto nº 129/2014, essa emenda é assinada pelos vereadores Celso Dal Molin, João Paulo, Walmir Severgnini, Fernando Winter, Paulo Porto e Jorge Bocasanta; em discussão a emenda nº 3. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Celso Dal Molin e na sequência João Paulo. – Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores, mesa, imprensa, plateia. Não vou falar alguma coisa porque já foi falado, sobre a carga de impostos sobre a população nacional, estadual e tudo mais; mas quero começar por um fator que foi colocado aqui e quero até falar o nome que, os deputados Adelino Ribeiro, Paranhos, André Bueno, Professor Lemos votaram contra um pacote do governo estadual que aumentava os juros e, a carga sobre a população. E ouvindo a fala do Cláudio Gaiteiro ele dizia que, votar contra um projeto que está cobrando impostos é angariar votos, puxar votos, então o Adelino está em campanha já, porque ele é do PSL, do partido do Cláudio Gaiteiro e ele votou contra. O pacote lá do Estado ele votou contra, tem que avisar o Adelino que a campanha está muito cedo pra começar, esse é um ponto. O outro ponto é que nós não somos contra os impostos, não estamos contra o que foi apresentado por alguns colegas aqui, nós somos a favor, tanto que fizemos uma emenda de acordo, uma emenda que vem de acordo com a população e que tem o apoio da população, quando fomos candidatos a prefeito, deputado, governador a gente diz pra população: nós vamos governar junto. Mas na hora de votar um projeto, na hora de votar para beneficiar a população, ela fica de lado e a população está se

manifestando e os senhores são prova de que está se manifestando, através do que elas estão dizendo, 35 é muito. Concordamos que haja uma taxa, um valor e há um consenso nisso e esse consenso prova pela sociedade que se manifestou como também, pelos 6 vereadores que assinaram essa emenda. Vocês vereadores assinaram essa emenda e estão de acordo, se vocês virem o nome dos 6 vereadores está atingindo toda classe aqui da Câmara de Vereadores;seja situação, oposição, independe. Quando cheguei aqui me falaram que havia 3 grupos, mas estou percebendo que está aparecendo o grupo dos laranjas, também. E eu aprendi uma coisa quando criança, e através da palavra de Deus que diz que: a palavra do homem seja sim-sim, não-não; não tenha 2 termos e isso há mais de 2000 anos foi escrito na palavra de Deus. Aprendi lá em Tapejara do Oeste, na nossa cidade, dos nossos pais. Nossos pais que tinham palavra, tinha aperto de mão e uns tiravam o fio do bigode e colocavam na mão e apertava, e palavra dada era palavra cumprida e assinatura feita é assinatura que tem que cumprir, por isso não volto atrás nos 20%. Por isso peço aos senhores que sejamos sensatos, que olhemos pra população de Cascavel, que vai passar um ano muito difícil, cada um cede um pouco, nós cedemos um pouco, o executivo um pouco, a população um pouco e vamos conseguir passar um ano 2015 tranquilo. E vou dizer pra vocês: você que não sabe orar, saiba orar; você que não tem costume de ir a igreja, vá na igreja, Paulo Porto está convidado pra ir na minha igreja, temos que orar; porque a coisa ano que vem não vai ser fácil. Quero deixar essa mensagem pra vocês que nós não estamos nem contra o executivo nem contra a população, mas estamos a favor que Cascavel possa crescer dentro das condições da população. Quero agradecer a oportunidade. (-Peço a palavra) – Presidente: pois não. – Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores, comunidade local que nos acompanha, imprensa, quero dizer senhores que gostei em parte da fala do nosso vereador Celso Dal Molin, mas não podemos dizer que há laranjas aqui. Queria dizer que isso foi comprometimento de quem escreveu, quem subscreveu a emenda que possa cumprir o seu papel até o final. Quero dizer que a partir do momento que se coloque 1% no aumento do IPTU qualquer um de nós vai chiar. Não podemos ser demagogos e dizer que o executivo não precisa de IPTU. Quero ser sincero, senhores vereadores, que muitas vezes é jogado pra torcida de que não tem necessidade nenhuma de aumento de IPTU, mas temos que ver que assim como o vereador Cláudio Gaiteiro disse que é investido 15, não é 15 vereador é 31% o orçamento do município na saúde de Cascavel, mas não está bom e precisa dinheiro mesmo; recursos pra que isso possa acontecer; mas entendo também que 35 com mais 6,5 % como o executivo está mandando pra essa Casa é muito também, pra população de Cascavel. Temos também que, esquecer também dos tarifaços que vêm de Brasília, do nosso Estado e falar da nossa cidade; porque aqui está acontecendo agora nesse momento. E dizer que essa emenda modificativa, pedindo esses 15% de diminuição dos 35, nada mais é do que um equilíbrio e nós temos sim, o vereador Rui Capelão falava que somente temos apoio de entidades, as entidades se manifestaram Rui Capelão, eu estou aberto também a todos os sindicatos, a todas as classes que

quiserem visitar os gabinetes dos vereadores e que tenha um diálogo, assim como a Acic, Cdl. O grupo do G8 dessa cidade se manifestou, tenho que dizer que eles vieram, nos procuraram e pediram bom senso; porque afinal de contas até o contribuinte sabe que o IPTU está em defasagem. Isso é natural, não adianta nós pegarmos, jogarmos pra plateia e dizer: não, é um absurdo o que estão fazendo, só querem aumentar o IPTU. Nós temos que ter... as situações que estão acontecendo, o município necessita essa arrecadação, mas não podemos aceitar o que o executivo manda de uma forma que nós vereadores aqui, que somos representantes legítimos do povo de Cascavel aceitar o valor que o prefeito está nos remetendo; mas peço senhores vereadores a sensibilidade. Lógico, temos aqui nesta emenda, a assinatura de seis vereadores, mas peço a sensibilidade de todos os vereadores, que nós possamos votar todos os vereadores nesta emenda. Essa emenda não vai salvar a pátria, porque como eu disse 1% de aumento pesa no bolso do contribuinte que todos os dias está recebendo impostos em sua Casa, mas com os 20% que não é o que o executivo quer, mas pode dar um equilíbrio; então neste sentido peço a sensibilidade de cada vereador independente de base, oposição ou situação, ou, aliás, os independentes mas que possamos deliberar esse projeto com 20%, até porque a sociedade está cansada de tanto pagar impostos, mas também não podemos deixar passar que o município passe necessidade também do IPTU, por isso peço voto favorável a essa emenda para que nós possamos pelo menos equilibrar. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Vereador Pedro Martendal: Presidente, vereadores, fiz algumas anotações pra tentar convencer outros vereadores a votar nestes 20%, a qual assinei juntamente com mais 5 vereadores. Entendemos que é necessário o aumento; só que não é 35%, o executivo fala 35; mas se pegarmos os 35 e mais 6 e 35 da correção da UFM vai dar quase 42%. Entendemos então que 42% de aumento é muito, vai onerar demais o bolso do cidadão. Entendemos também que, somos representantes legítimos como você falou antes na sua fala e aqui está uma carta de várias entidades, senhores. São 8 entidades que eu posso nomear se vocês quiserem, a primeira assinatura aqui do José Torres Sobrinho, presidência da Acic; a segunda é da Amic, Dr Jorge; a terceira do Samuel Antônio de Matos presidente da Cdl; a quarta Paulo Roberto Orso, sindicato rural patronal; Paulo Beal, presidente do Sindilojas; Edson José Vasconcelos, sindicato da indústria e construção civil; João Batista Cunha, presidente do sindicato rural, esteve aqui não assinou e Juliano Murbach, presidente da Ordem dos Advogados. Isso basta, o apoiamento dessas entidades, desses seguimentos e nós não estamos aqui dando soco no ar, uma ideia, o pensamento é nosso, nós fomos consultar a população o que eles achavam desse aumento. Então diante dessa população, desses seguimentos, também funcionários, pessoas que trabalham dia a dia com carteira assinada, eles aprovaram o aumento de 20% como já foi falado aqui, há um consenso. Acredito que o prefeito está comemorando isso agora, os 20% porque é um aumento razoável, a prefeitura de Cascavel com esse aumento de 20 mais os 6 vai arrecadar 24 milhões. Outro registro importante aqui que, foi falado pelo vereador Rui Capelão que uma parte do IPVA é designado para o município. O IPVA aumentou 40% em todo Estado do

Paraná, então com certeza vai aumentar; Cascavel possui mais de 200 mil veículos emplacados aqui no município, então o IPVA vai aumentar muito nossa arrecadação. Por isso tudo, vereadores, concluo minha fala pedindo o apoiamento dessa emenda. Obrigado presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaiteiro. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Fazendo um cálculo desses acréscimos de 20%, o município de Cascavel permanecerá a partir de 2015 em 45º colocado na arrecadação per capita do Estado do Paraná. Nós perdemos pra Jacarezinho, Chopinzinho, Sertaneja, Coronel Vivida entre outras cidades que o município arrecada menos, dessas cidades:Pato Branco, Medianeira, Goioerê, Paranavaí e mais as cidades citadas pelo vereador Gugu Bueno Cascavel permanecerá em 45ª colocada. Analisando a fala do vereador Celso Dal Molin ele falou que o vereador precisa estar do lado do povo. Nós temos que estar do lado do povo tanto que os benefícios da arrecadação, os impostos do município de Cascavel, possivelmente na segunda-feira será votado nesta Câmara o reajuste do plano de cargos e salários dos professores do município de Cascavel; então um grande benefício que os professores estarão recebendo, já prevendo essa arrecadação. Dizer também que nosso partido PSL é independente, os vereadores têm a independência de votar o que acharem que a sua consciência fala. O Adelino em Curitiba vota de uma maneira e nós aqui votamos... aqui ninguém é laranja. Ninguém tem saco de laranja pra armazenar, nós lutamos conforme nosso entendimento. Pois não vereador. – Vereador Rômulo Quintino: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, como presidente municipal do PSL, colaborar com sua fala vereador Cláudio Gaiteiro, o nosso partido de fato inúmeras vezes votou aqui contrário, seu voto diferente, voto do vereador Nei H. Haveroth, meu voto diferenciado. Claro que temos uma conversa partidária, mas temos um respeito pela posição de cada vereador e lamentar a fala do vereador Celso Dal Molin, citando um deputado que sem dúvida nenhuma é o que mais trabalhou pelo município de Cascavel. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Dizer também que, outros vereadores outros partidos, outros deputados outros partidos também tiveram posicionamento diferente dos vereadores de Cascavel, que votarão nesta tarde; então também são vereadores e deputados independentes. Seria essa minha posição. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Senhores presidente, senhores vereadores, distinta assistência, tenho o maior prazer em ouvir os companheiros falando e debatendo sobre esse projeto, isso é uma coisa interessante, fundamental nesta Casa. Isso é democracia, esse é o debate simples que precisa ser respeitoso sempre. Quero falar sobre a emenda e dizer que essa emenda do vereador João Paulo e demais que assinaram, não diz a realidade de Cascavel. Se olharmos na própria emenda fala sobre a tabela 3 e a tabela 3 fala sobre lotes sem residências, lotes baldios que terá também o impacto grande de aumento e tenho aqui o IPTU de uma pessoa, desse ano de um lote vazio, de fundo de vale e que pagou o dobro do que pagou ano passado; está aqui pra quem quiser ver. Um lote de fundo de vale e a pessoa está querendo se desfazer de um lote; porque não pode construir em cima, precisa se desfazer. Se alguém quiser trocar um

lote aí por um lote fundo de vale, ele está trocando. A gente tem que analisar determinadas coisas no Florais do Paraná, loteamento que abriu na região norte, aonde foi o Instituto Federal pra lá, com valores altos, sabe o que está acontecendo? Todo mundo está querendo vender por metade do que pagou o seu lote, se ele pagou 20 mil, dá 10 que ele entrega o lote pra você assumir as prestações; porque sabe que os lotes caíram o valor lá embaixo e ele não vai ter condições de arcar com aquela grande dívida que ele fez e não é só lá. Se andarmos pela cidade, nas casas mais pobres, vamos ver um monte de placa vende-se. Muita gente querendo vender sua casa pra resolver a situação financeira, que bom que o vereador Fernando Winter leu o nome de quem assinou o grupo dos 8, maravilhoso, pessoas honradas e respeitadas nesta cidade, mas gostaria que fossem ouvidos os presidentes de bairros, os sindicatos da construção civil, do transporte coletivo, dos trabalhadores do município, do estado pra que dessem também seu parecer, de qual seria o valor justo e até o sindicato da imprensa que pudesse também se manifestar, neste sentido. Isso nós não vimos, portanto respeitamos a opinião dos que se manifestaram, mas lamentamos não serem consultadas determinadas classes que deveriam ter sido convidadas. Quero dizer ao vereador Nei H. Haveroth que gosto de pagar imposto, pago com maior prazer, pago a vista, ganho 5% por não dever no município, ali já ganhei 5%, como vou pagar a vista ganho mais 10%, então ganho 15%, graças a Deus. Deus me deu condições que eu tenho condição de fazer isso e posso abater esse custo, mas na classe mais pobre não tem condição de pagar isso aí, por isso faz fila pra pagar o atrasado e pra não perder sua propriedade. Vereador Gugu Bueno, o consenso é o fim do debate, o debate não é demagógico. O senhor tem que respeitar quando há debate, porque o debate não é demagógico. Ninguém é demagogo aqui pra fazer pronunciamento de interesse pessoal, nós fazemos pronunciamento de interesse público, pra o povo e, por isso fazemos na presença do público, portanto são coisas que temos que ter um pouco de cuidado nos nossos pronunciamentos. É interessante saber que o próprio Gandin há poucos dias criticava nossos deputados e criticava o governador, por ter mandado alguns representantes dos deputados que tinham algumas funções públicas aqui e de alguns partidos, o qual o meu não tinha nenhum, porque não precisa. Portanto, ele criticava a atuação do governador por ter mandado embora pessoas competentes que trabalhavam aqui em Cascavel, porque o governador não gostou deles terem votado contrário e ainda falou que, os deputados não poderiam ser vaquinhas de presépio por causa de 2 ou 3 cargos que tinham aqui, dentro do município. E eu concordo que os deputados não podem ser vaquinhas de presépio; portanto nós temos que ter consciência no nosso voto e sempre votar em defesa daqueles que mais precisam, porque quem precisa de política são os pobres. Os ricos não precisam de política, nós estamos aqui pra defender os mais necessitados; então voto contra essa emenda dos 20%, porque ela não ajuda a classe mais necessitada. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Walmir Severgnini. – Vereador Walmir Severgnini: Boa tarde presidente, todos os vereadores, imprensa que nos acompanha. Quero fazer um comparativo aqui, que eu fiz essa comparação em casa. Ano passado deixamos de

pagar taxa de sinistro que representava 15% do valor do IPTU e se a gente ganhar mais 10 de desconto no pagamento à vista, vai representar mais 25% a menos; então esse aumento de 26,5 vai ficar quase o mesmo valor do ano passado, porque a gente que não teve a taxa de sinistro cobrada que representava 15% dos imóveis do município de Cascavel e com mais 10% de desconto que o prefeito diz que vai dar de desconto no ano que vem, ele seria 25% o desconto. Nessa conta feita, praticamente o reajuste da taxa do IPTU será mínima, vai equivaler a 3, 4, 5% de aumento a mais do que quem pagou no ano passado. (-Peço um aparte) – Presidente: Vereador Jorge Bocasanta com a palavra. – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade aqui, meu nome está nesta de 20%, porque até então era só 35, que tinha; então a sua ideia é uma ideia muito boa, seu mérito é muito grande, mas depois o Pedro Martendal chegou a 7% e eu concordei mais com o Pedro Martendal e achei como não poderia estar em 2 emendas... mas é importante os 20%, mas mesmo assim vou votar contra essa emenda, porque acredito que não é os 20% de aumento o problema. O problema está nos imóveis, nós temos que ter a ousadia de fazer uma correção no valor venal dos imóveis, porque hoje tem pessoas que pagam o injusto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo: Quero respeitar o senhor, mas só agora o senhor viu isso? Porque como o senhor subscreve uma emenda modificativa e depois fala que... assim como o senhor me puxa a orelha e tenho que aceitar; agora tenho que puxar sua orelha, porque afinal de contas o senhor não leu a emenda modificativa? Assinou de que forma isso? Obrigado pelo aparte. – Vereador Jorge Bocasanta: Na rede o seguinte, quando era só opção de 35% deu 20% e eu concordava. Só que olhando melhor, por isso estou justificando que está meu nome, mas vou votar contra, porque ainda é muito e daí subscrevemos juntos e o Pedro Martendal também achava que era mais interessante, mas você também tem seu mérito; 20% é um valor bem mais acessível do que os 35%. 35% mais 6% dá 40% de aumento. Muito. Então agora vai pra 26% de aumento e com uma inflação de 6% ainda é bastante, mas é melhor do que veio da prefeitura, vou votar contrário mesmo lendo seu projeto, por isso estou te pedindo. Aquilo que ele pensava que não ia acontecer de chegar nos 20% foi conseguido através da sua pessoa, ou seja, não é os 30%, são 20, são 15 a menos, mas mesmo assim é muito. Era isso, peço voto contrário aos 20% mesmo que se discuta, porque pesa muito no bolso da população não daqueles que vivem no centro, mas daqueles que vivem na periferia que financiaram sua casa pelo programa Minha Casa Minha Vida. Era isso, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Vereador Gugu Bueno com a palavra. – Vereador Gugu Bueno: Preciso deixar registrado nos anais dessa Casa que é um privilégio dividir esse Plenário com o vereador Rui Capelão, tendo em vista que a gente sempre aprende alguma coisa, algumas pérolas. Hoje, ele nos ensinava que o consenso não é democrático. Não seria o consenso o resultado de um debate? Não seria o consenso o resultado de uma democracia? Seria. O que eu me referia na minha primeira fala é que pra esse consenso ocorrer não é possível você tratar as coisas com tamanha demagogia, tamanha demagogia a ponto de dizer exatamente essa frase: estou votando contra o reajuste, porque estou votando

a favor da classe mais necessitada. Se o vereador Paulo Porto aqui estivesse, ele com toda certeza ele concordaria que quem mais necessita de política pública é justamente a classe mais necessitada, que necessita de um Estado forte e é justamente a classe mais necessitada que não paga IPTU. Nós temos, vereador Rui Capelão, 12000 famílias isentas do IPTU em Cascavel e é justamente as famílias mais necessitadas. Se alguém me perguntasse o conceito de demagogia seria isso, dizer que está votando contra o reajuste do IPTU, em favor da classe mais necessitada; mas a classe mais necessitada é a única classe inclusive que, não paga IPTU. Dizer que naquele momento no meu entendimento é claro, a emenda de 7% é uma irresponsabilidade. A emenda de 20% é discutível, você tem uma demanda do executivo, uma série de circunstâncias que pode levar em conta, um contexto da sociedade atual, mas aquela emenda de 7% era uma brincadeira de mau gosto. – Presidente: Senhores, em votação a emenda nº 3, modificativa ao projeto de lei 129/2014 de autoria do poder executivo municipal, que estabelece a questão do IPTU em Cascavel e é de autoria dos vereadores Celso Dal Molin, João Paulo, Walmir Severgnini, Paulo Porto e Jorge Bocasanta. Secretário, proceda votação nominal por gentileza. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Paulo Porto, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Nei H. Haveroth, Rômulo Quintino e Fernando Winter) (Foram contrários os vereadores: Gugu Bueno, Rui Capelão, Jorge Bocasanta, Vanderlei Augusto da Silva, Pedro Martendal e Luiz Frare,) – Secretário: Com 12 votos favoráveis e 6 contrários emenda aprovada. – Presidente: com 12 votos favoráveis e 6 contrários está aprovada a emenda nº 3 ao projeto de lei 129/2014; em discussão o projeto. Em votação – Vereador Rui Capelão: Peço a palavra. – Presidente: O projeto de lei nº 129/2014 de autoria do poder executivo municipal, que estabelece valores venais dos imóveis urbanos que servirão de base para o imposto predial e territorial urbano – IPTU e demais tributos imobiliários e dá outras providências. Só por uma questão de bom senso senhores, temos 18 projetos pela frente, o que havia de ser debatido, já foi debatido nas emendas, agora é o momento de aprovar ou não aprovar o projeto de lei. E eu abri o espaço e não foi interpelado naquele momento; portanto está em votação, proceda senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Paulo Porto, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Nei H. Haveroth, Rômulo Quintino, Fernando Winter, Gugu Bueno, Vanderlei Augusto da Silva e Luiz Frare) (Foram contrários os vereadores: Rui Capelão, Jorge Bocasanta e Pedro Martendal) – Secretário: Com 15 votos favoráveis e 3 contrários projeto de lei aprovado. – Presidente: Com 15 votos favoráveis e 3 contrários está aprovado o projeto de lei nº 129/2014, em segunda votação. Em discussão; o projeto de lei nº 140/2014 de autoria do poder executivo municipal, que altera a lei nº 6310 de 23/12/2013 - lei orçamentária anual para 2014 - FIA municipal tributo a cidadania, no valor de R$ 198.000,00; em discussão. Em votação; o projeto de lei nº 140/2014 de autoria do poder executivo municipal que, altera a lei nº 6.310 de 23/12/2013 - lei orçamentária anual para 2014 - FIA municipal tributo a cidadania, no valor de R$

198.000,00. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o projeto de lei nº 140/2014. Projeto de lei nº 146/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre a prorrogação de prazo estabelecido no artigo 138 da lei nº 6179 de 17/01/2013 e dá outras providências; em discussão. Em votação; o projeto de lei nº 146/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre a prorrogação de prazo sobre a prorrogação de prazo estabelecido no artigo 138, da lei nº 6179 de 17/01/2013 e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o projeto de lei nº 146/2014. Projeto de lei nº 147/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre alteração de redação dos artigos 3º e 4º da lei nº 5422 de 2010; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 147/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre alteração de redação dos artigos 3º e 4º da lei nº 5422 de 2010. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o projeto de lei nº 147/2014. Projeto de lei complementar nº 8/2014 de autoria dos vereadores: Rômulo Quintino, João Paulo, Cláudio Gaiteiro e Pedro Martendal. A emenda altera a lei complementar nº 1/2001, do código tributário municipal alterado pela lei complementar nº 42/2007; em discussão. Em votação; Projeto de lei complementar nº 8/2014 de autoria dos vereadores Rômulo Quintino, João Paulo, Cláudio Gaiteiro e Pedro Martendal. A emenda altera a lei complementar nº 1/2001 do código tributário municipal, alterado pela lei complementar nº 42/2007. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Com o voto contrário do vereador Paulo Porto e os demais favoráveis; está aprovado em primeira votação o projeto de lei complementar nº 8/2014. Com o compromisso do vereador Rômulo Quintino de fazer seu pronunciamento na sessão de segunda-feira, sobre o respectivo projeto. Projeto de lei complementar nº 7/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre a inclusão de dispositivos na lei complementar nº 1/2001, código tributário municipal e dá outras providências; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Esse projeto veio na última sessão, a gente pediu vistas e como era de urgência não deu certo e, votamos contrário pelo fato de nós levantarmos contra o projeto no momento, porque faltava uma página no projeto e depois que levantou-se essa situação, quero até agradecer a secretária Susana que veio até nossa sala pra explicar o projeto e trazer a página que faltava e que consta agora, então. Quero agradecê-la por essa iniciativa, dar os parabéns pra ela e com essa página completando o projeto e com a explicação dela, peço voto favorável ao projeto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade, na última sessão quando levantado sobre esse assunto, nossa preocupação em relação aos eventos públicos e temporários era de que, por exemplo: as igrejas católicas,

evangélicas, não pudessem fazer seus eventos. Como essa segunda página da lei que agora está aqui, entregue em nossas mãos diz que a as definições e procedimentos pra outorga da licença pra evento público e temporário, serão regulamentados via decreto do chefe do poder executivo municipal e a lei será regulamentada em 90 dias. Dessa forma nós entendemos que as manifestações culturais, artísticas, seja de qual seguimento for não estarão prejudicados, então peço voto favorável a esse projeto. Obrigado. – Presidente: Em votação; o Projeto de lei complementar nº 7/2014 de autoria do poder executivo municipal que dispõe sobre a inclusão de dispositivos na lei complementar nº 1/2001, código tributário municipal e dá outras providências. Votação nominal, proceda por gentileza senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Rui Capelão, Jorge Bocasanta, Pedro Martendal, Paulo Porto, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Nei H. Haveroth, Rômulo Quintino, Fernando Winter, Gugu Bueno, Vanderlei Augusto da Silva, e Luiz Frare) (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto de lei aprovado em segunda votação. – Presidente: Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em segunda votação o Projeto de lei complementar nº 7/2014, mas o referido projeto teve votação contrária na sessão passada, portanto esse projeto vai pra um 3º turno de votação. É a primeira vez que acontece nessa legislatura e conforme interpretação e precedente regimental estabelecido dias atrás, o próximo turno de votação será na segunda-feira, ou seja, na sessão imediatamente seguinte. Neste momento, considerando que ainda há mais de 10 projetos pra serem deliberados, suspendo a sessão. Um breve intervalo e retornamos na sequência, com o debate sobre o projeto 126/2014. (...) Senhores vereadores, convido-os mais uma vez pra retomarmos a sessão. Projeto de lei nº 126/2014 de autoria do pode executivo municipal, que dispõe sobre o conselho municipal de alimentação escolar – Comae; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Senhor presidente, senhores vereadores, uma rápida explanação. O nosso conselho municipal de alimentação escolar do nosso município de Cascavel funciona e tem funcionado muito bem. Anteriormente, sobre a presidência da professora Sandra Ratiere e agora o nosso professor Dejair, presidente deste conselho, conselho que tem acompanhado o setor de alimentação escolar da educação de Cascavel, as nossas leis de Cascavel são de 94 e também, do ano 2000; portanto a legislação federal referente alimentação escolar foi mudada em 2009, através da lei 11947/2009 e pela resolução do FNDE 26 de 17/06/2013. Pra acompanhar essas mudanças, a nível nacional, tornou-se necessário fazer a alteração da nossa lei municipal. Por isso essa lei veio pra Câmara Municipal pra que seja garantida a execução do programa nacional de alimentação escolar e também, o programa municipal de alimentação aqui em Cascavel. Diante disso, peço voto favorável aos senhores vereadores na mudança dessa lei. (-Peço um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Concordo com sua explanação sobre o Comae e na próxima sessão a gente deverá apresentar uma emenda, somente de redação; pra que na questão da composição do conselho a

pedido do próprio sindicato e acho que de consenso com a secretaria municipal também e do próprio conselho, pra que tenhamos um projeto que atenda a necessidade do Comae. Obrigado pelo aparte. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Obrigado vereador Nei H. Haveroth, estou à disposição pra assinar com o senhor a emenda a ser apresentada. E gostaria de dizer que hoje, nosso município de Cascavel depois de muitos anos tem o conselho municipal de segurança alimentar e nutricional e junto com o conselho municipal da alimentação escolar trabalha conjuntamente e com as mudanças de legislação a nível municipal e também federal, tornou-se necessário a alteração da lei aqui, no município; até porque o controle social exercido pela comunidade através dos pais, professores que compõe esse conselho é um conselho representado pela secretaria de educação, pelos trabalhadores da educação, professores, funcionários, pais de alunos e também das entidades civis organizadas que fornece alimentação escolar. Ele tem papel fundamental no controle social da política pública de alimentação escolar aqui no nosso município. Obrigado presidente. – Presidente: Senhores; em votação o Projeto de lei nº 126/2014 de autoria do pode executivo municipal que, dispõe sobre o conselho municipal de alimentação escolar – Comae. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 126/2014. Projeto de lei nº 139/2014 de autoria do vereador Márcio Pacheco, que estabelece regras de publicidade das vagas gratuitas disponibilizadas aos idosos no município de Cascavel, nos termos do estatuto do idoso na forma que especifica; em discussão. Peço a palavra para algumas considerações. Peço ao vereador Frare que assuma a presidência. – Vereador Márcio Pacheco: Senhor presidente, senhores vereadores, comunidade aqui presidente, falar brevemente desse projeto. Projeto como sempre digo às vezes, projetos simples pra vida de algumas pessoas são muito importantes e às vezes nos preocupamos com grandes projetos e deixamos de discutir e apresentar projeto simples, mas que fazem uma grande diferença na vida das pessoas. Esse projeto vem regulamentar uma situação muito simples, temos o estatuto do idoso que foi aprovado há mais de dez anos, em 2003, que prevê uma série de situações de respeito ao idoso, mas muito dessa lei não é respeitada no nosso país. Na década que foi criado estabelecia que a família, a sociedade e o poder público tem a obrigação de assegurar ao idoso o direito a vida, saúde, educação, cultura, alimentação, esporte, lazer, trabalho, cidadania, lazer, trabalho, liberdade e dignidade. Isso tudo sabemos que não está sendo respeitado. Temos a tendência natural de sempre imaginarmos que seremos eternos e que nossa juventude seja a idade que for, permaneceremos nesta idade; o que é um grande equívoco. A única certeza que temos é que, se Deus nos conceder a graça de morrermos de velho como dizem, certamente passaremos por esse momento da velhice, de sermos idosos e neste momento certamente o mesmo respeito que tivemos com os idosos da nossa sociedade é o mesmo respeito que teremos, porque a sociedade nós construímos hoje, pra vivê-la amanhã; então quando desrespeitamos o idoso é a nós mesmos que em algum momento da nossa vida estamos desrespeitando.

Esse projeto estabelece que a lei seja cumprida, no quesito da transparência, da publicidade de vagas disponíveis aos idosos no transporte interestadual. Há uma reclamação constante de idosos, de irem ao terminal rodoviário e sempre encontrarem a mesma informação, que as vagas que são a eles asseguradas por meio do estatuto do idoso não estão mais disponíveis e, que já estão ocupadas por outros idosos de outras comunidades. O problema é que nunca se sabe quem são esses idosos, se estão de fato ocupadas, porque não tem publicidade disso, e em qual local foi ocupada e se foi ocupada; então nós propomos agora que, nas empresas que administram em Cascavel o transporte interestadual, essas duas vagas por viagem interestadual sejam publicizadas e colocadas no balcão da empresa, pra que o idoso quando lá chegar tenha de fato clareza, se há vaga ou não há. E se não há, quem está ocupando e onde ela foi preenchida. E o vereador Fernando Winter até abrangeu um pouco mais, numa emenda que vai ser discutida segunda-feira, porque eu havia pensado só na publicidade e no balcão da empresa e o vereador Fernando Winter estabelece também, por meio dessa emenda que também seja publicizado isso, por meio do site da empresa pra que o cidadão possa ter de casa o conhecimento se há vaga disponível ou não e, quando ela será disponibilizada. Peço aos senhores voto favorável a esse projeto, projeto simples e que respeita o idoso. Com a certeza que estamos respeitando nós mesmos, pra quando estivermos também nesta condição e precisarmos também... (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo: Queria parabenizar Vossa Senhoria por esse projeto, projeto importante no que tange os idosos, que é a melhor idade que nós temos que falar e dizer que é um projeto louvável e que só vem trazer benefícios ao povo da melhor idade. Isso realmente é muito importante e dizer também, que com isso está sendo garantido o direito do idoso, parabenizar e dizer que sou favorável. Obrigado. – Presidente: Obrigado vereador João Paulo, de fato fico muito feliz se tivermos a alegria de ter esse projeto aprovado e sancionado pelo prefeito; porque como muitos sabem eu aprendi a admirar e respeitar o idoso desde muito jovem. Fui criado pelos meus avós que eram de bastante idade e desde aquele momento, aprendi o quando é importante a gente respeitar a sabedoria dos idosos. E a sabedoria deles muitos de nós não valorizamos e eles têm muito a nos ensinar, aprendi muito e desde aquele momento aprendi a respeitar de verdade, não só no discurso; mas na prática respeitar o idoso que é o futuro certo de cada um de nós se Deus nos der a graça de chegar até lá. Então, peço voto favorável a todos os senhores e agradeço a atenção. – Presidente: Em votação; o Projeto de lei nº 139/2014 de autoria do vereador Márcio Pacheco que estabelece regras de publicidade das vagas gratuitas disponibilizadas aos idosos, no município de Cascavel, nos termos do estatuto do idoso na forma que especifica. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovado, em primeira votação o Projeto de lei nº 139/2014. Projeto de lei nº 148/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Ganso sem limite, Rômulo Quintino, Rui Capelão, Fernando Winter, Robertinho Magalhães, Aldonir Cabral, João Paulo, Vanderlei Augusto da Silva, Gugu Bueno, Luiz Frare, Marcos Rios,

Cláudio Gaiteiro e Celso Dal Molin; em discussão. Peço ao vereador Luiz Frare que novamente assuma a presidência, pra que eu possa considerar esse projeto. – Vereador Márcio Pacheco: Retorno a essa tribuna, agora sendo desnecessário pedir voto favorável aos senhores, porque temos a alegria de ter a assinatura da maioria dos senhores vereadores o que nos dá um conforto muito grande de saber que um projeto também simples, mas que pode beneficiar muitos cidadãos da nossa comunidade de Cascavel, da nossa população do Oeste do Paraná. Um projeto que sendo razoável, conversamos com os vereadores. Acho que a maioria assinou, quem não assinou se ainda quiser será muito bem vindo, por isso cumprimentei os diretores, inclusive o Leopoldo que se encontra presente, pra acompanhar a deliberação desse projeto, que foi uma solicitação direta do presidente da Caciopar, o Sérgio, que vem aqui a calhar com a entidade, que é uma entidade séria que desempenha uma série de atividades sem fins lucrativos pra população de Cascavel e todas as cidades que abrangem a Caciopar e vem requerer do poder público o direito de ser declarada de utilidade pública. Acredito que com essa condição será também solicitada do Estado e da União. Certamente a Caciopar poderá oportunizar uma série de outros benefícios, pra população que ela pode também atender por meio desse título. Quero agradecer a todos os vereadores que assinam comigo esse projeto, agradecer a presença dos senhores, pedir voto favorável também aos demais vereadores presentes que ainda não assinaram. Como disse, caso queiram assinar, fiquem a vontade porque o importante é a aprovação do projeto e não quem propõe. Acho que a ideia sempre tem que ser maior que o autor. Quando o autor é maior que a ideia, a ideia vai morrer e o autor, também; então a ideia é boa e a assinatura é de vários vereadores. Agradeço a todos a atenção e peço voto favorável de todos os senhores vereadores. – Presidente: Com o aceno do vereador Pedro Martendal que também pretende assiná-lo, então para os demais, o projeto estará com a Kleide e na sequência então, se algum outro vereador quiser também subscrevê-lo, como eu disse está aberta essa opção sem dúvida. Peço ao vereador Gugu Bueno, nosso primeiro secretário, que por gentileza proceda a votação nominal do Projeto de lei nº 148/2014, até o momento assinado pelos vereadores Márcio Pacheco, Ganso sem limite, Rômulo Quintino, Rui Capelão, Fernando Winter, Robertinho Magalhães, Aldonir Cabral, João Paulo, Vanderlei Augusto da Silva, Gugu Bueno, Luiz Frare, Marcos Rios, Cláudio Gaiteiro e Celso Dal Molin que dispõe sobre declaração de utilidade pública da coordenadoria das associações comerciais e empresariais do oeste do Paraná - Caciopar - e dá outras providências. Por gentileza, proceda a votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Ganso sem limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Luiz Frare, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, João Paulo, Jorge Bocasanta, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Nei H. Haveroth, Rômulo Quintino, Paulo Porto e Fernando Winter) (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeiro votação o Projeto de lei nº 148/2014. Agradeço mais uma vez a

presença dos senhores diretores e, caso queiram continuar nos acompanhando será um prazer tê-los; caso tenham outros compromissos, nós compreendemos e agradecemos mais uma vez a presença. Projeto de lei nº 150/2014 de autoria do poder executivo municipal, que altera a lei municipal n° 6.310 de 23 de dezembro de 2013 - lei orçamentária anual para 2014; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 150/2014 de autoria do poder executivo municipal, que altera a lei municipal n° 6.310 de 23 de dezembro de 2013 - lei orçamentária anual para 2014. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 150/2014. Projeto de lei nº 151/2014 de autoria da mesa diretora que, autoriza a transferência de bens móveis inservíveis, na forma que especifica; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 151/2014 de autoria da mesa diretora que, autoriza a transferência de bens móveis inservíveis, na forma que especifica. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 151/2014. Projeto de lei nº 153/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre autorização para transferências relacionadas ao consórcio intermunicipal Samu Oeste – Consamu; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 153/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre autorização para transferências relacionadas ao consórcio intermunicipal Samu Oeste - Consamu. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 153/2014. Projeto de lei nº 155/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Jaime Vasatta e Nei H. Haveroth que, institui o Ipê como árvore símbolo de Cascavel na forma que especifica, em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: Senhor presidente, vereadores, assistência. Esse projeto vem em boa hora, um projeto que realmente faz repensar as questões ambientais de Cascavel e também de toda região. Esse projeto também o senhor presidente assina e o vereador Nei H. Haveroth, trata-se de uma árvore chamada Ipê o qual tem o nome de origem indígena, mas é uma árvore que tem chamado atenção no município de Cascavel. Um exemplo, nosso estado do Paraná também tem uma árvore que é o símbolo do Paraná, que é a araucária; tem o exemplo de outras cidades que colocam uma árvore como símbolo, uma árvore que possa despertar a curiosidade das pessoas, tivemos exemplo a pouco tempo na época da floração do Ipê, inúmeras praças e avenidas que as pessoas vinham tirar fotografias, muitas empresas fizeram seus calendários, colocando as imagens do Ipê na sua floração, então penso assim que: na semana mundial do meio ambiente que é no mês de junho, nós possamos colocar a espécie Ipê, no dia 5 de junho, com o plantio dessa espécie. É uma espécie que se adapta bem nessa região, não tem raiz, mas é uma espécie que cresce muito, também. Nós temos inúmeras praças, avenidas onde não tem rede elétrica ela pode ser plantada nestes locais. É uma árvore que na época da sua floração as pessoas

admiraram, porque é uma árvore que pode trazer benefício não só da sombra, mas pela sua beleza também; então gostaria que os senhores vereadores apoiassem a ideia, isso vai dar inclusive pra que as pessoas, escolas possam também falar dessa árvore junto com as matérias de educação ambiental, que isso é importante desde o início, às crianças aprendendo a preservar uma árvore que é muito importante em nossa cidade. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Eu primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar assinando junto como coautor desse projeto, que fui convidado pelo vereador Márcio Pacheco, pelo vereador Jaime Vasatta, pra assinar junto esse projeto. E parabenizar os dois pela iniciativa desse projeto. Acho veio junto com a aprovação, discussão do plano de arborização da cidade de Cascavel e como o Ipê é uma árvore da espécie Caduca, nativa da nossa região. O nome, como o Jaime Vasatta colocou é Tabebuia, um nome diferenciado que poderá ser utilizado muito bem, na educação ambiental como símbolo. Vai ficar na história da nossa cidade o Ipê, como característica da nossa região, da nossa cidade como também, uma árvore de preservação e de replantio e conservação. Nós temos o Ipê amarelo, roxo, branco e que se adapta. O amarelo, até embaixo de fiações é possível de ser plantado, por ser uma espécie menor. Acredito que contribuiremos e daremos um símbolo pra nossa cidade também, na arborização. Obrigado senhor presidente. – Presidente: senhores, acho desnecessário se deslocar até a tribuna pra pedir voto favorável. Também concordando com o vereador Nei H. Haveroth e Jaime Vasatta um projeto simples, mas muito importante. Acho que podemos construir uma cidade muito bonita no futuro, com muitos ipês, são dezenas de modelos de ipês e, a cidade pode se tornar uma referência na plantação dessas mudas dessa árvore aqui na cidade que já é bonita, bela e pode e vai ficar ainda mais bonita. Um projeto simples, mas se nós implementarmos e colocarmos em ação vai ser um projeto muito bacana, pra nossa cidade não é Jaime Vasatta? – Vereador Jaime Vasatta: Com certeza, inclusive a secretaria de meio ambiente do município de Cascavel tem a produção dessas mudas, que fica na Fundetec, então é uma árvore que está se adaptando muito bem na nossa cidade. – Presidente: Muito bem senhores, então em votação o Projeto de lei nº 155/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Jaime Vasatta e Nei H. Haveroth que institui o Ipê como árvore símbolo de Cascavel, na forma que especifica. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 155/2014. Projeto de lei nº 119/2014 2014 de autoria do poder executivo municipal, que altera a lei nº 6310 de 23/12/2013 lei orçamentária anual pra 2014 – Fundetec, no valor de R$ 271.859,21; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 119/2014 2014 de autoria do poder executivo municipal que altera a lei nº 6310 de 23/12/2013, lei orçamentária anual pra 2014 – Fundetec, no valor de R$ 271.859,21. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 119/2014. Projeto de

lei nº 133/2014 de autoria dos vereadores Robertinho Magalhães, subscrito pelo vereador Gugu Bueno que denomina de "Antônio Wilson Romero" um bem público municipal, e dá outras providências; em discussão. Em votação, o Projeto de lei nº 133/2014 de autoria dos vereadores Robertinho Magalhães e Gugu Bueno que denomina de "Antônio Wilson Romero" um bem público municipal, e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 133/2014. Projeto de lei nº 144/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Gugu Bueno, Rui Capelão, Fernando Winter, Aldonir Cabral, Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta, Pedro Martendal, Rômulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, João Paulo, Jorge Menegatti, Ganso sem limite, Marcos Rios, Celso Dal Molin, Walmir Severgnini, Paulo Porto e Cláudio Gaiteiro, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio com o conselho deliberativo São Francisco – CDESF; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 144/2014 de autoria dos vereadores antes mencionados, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio com o conselho deliberativo São Francisco – CDESF. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 144/2014. Projeto de lei nº 145/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Cláudio Gaiteiro, João Paulo, Aldonir Cabral, Ganso sem limite e Rui Capelão que institui o Carnaval Alegrai-vos no calendário oficial de eventos do município de Cascavel e dá outras providências; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Só pra complementar o que já foi discutido aqui, segunda-feira em primeira votação e agradecer outros vereadores que assinaram. Dizer que o Carnaval Alegrai-vos é o antigo Carnaval Com Cristo, feito pela igreja Católica, mas encabeçado pelo movimento da Renovação Carismática Católica que é feita todo ano, geralmente no mês de fevereiro. É um evento grande que envolve toda juventude pra participar, geralmente no centro de eventos através de louvores, oração, pregação então, a gente quer agradecer e pedir voto favorável; porque colocando no calendário oficial vai favorecer o patrocínio de despesas. Tem muita despesa de bandas que vem de fora, São Paulo, Rio de janeiro para fazer esse evento, então o movimento da Renovação tem muitas despesas com esse tipo de evento e colocando no calendário oficial a gente teria um apoio maior de toda sociedade. (- Me dá um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Só gostaria de saber se seguimentos de outras igrejas podem participar, evangélicas? – Vereador Fernando Winter: Ele é encabeçado pela igreja Católica, mas todos estão convidados. Era isso. – Presidente: Em votação; o Projeto de lei nº 145/2014. Projeto de lei nº 145/2014 de autoria dos vereadores antes mencionados, que institui o Carnaval Alegrai-vos no calendário oficial de eventos do município de Cascavel e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que

forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 145/2014. Projeto de resolução nº 15/2014 de autoria da mesa diretora, que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que específica no valor de R$ 2000,00; em discussão. Em votação; o Projeto de resolução nº 15/2014 de autoria da mesa diretora, que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que específica, no valor de R$ 2000,00. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em segunda votação o Projeto de resolução nº 15/2014. Senhores, temos os ofícios, requerimentos, primeiro os requerimentos encaminhados pelo senhor Welton Farias secretário de assuntos jurídicos, encaminhado por meio do ofício 214/2014 e 220/2014, ambos requerem respectivamente, a dilação de prazo por 15 dias pra resposta aos requerimentos nº 288, esse de autoria do vereador Paulo Porto e nº 305 de autoria do vereador Jorge Bocasanta; em discussão os dois requerimentos. Em votação os requerimentos encaminhados por meio do ofício 214/2014 e 220/2014 da SEAJUR, requerendo dilação de prazo pra respostas aos requerimentos 288 e 305 o primeiro de autoria do vereador Paulo Porto e o segundo do vereador Jorge Bocasanta. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes estão aprovados os requerimentos encaminhados por meio dos ofícios 214, 220/2014 da SEAJUR. Temos os requerimentos 309, 310, 311, 312, 314, 315 e 316 todos de autoria dos senhores vereadores. Há consenso na deliberação senhores? – Vereador Paulo Porto: Consenso. – Presidente: Havendo consenso, farei a leitura das súmulas e na sequência os deliberemos em conjunto. O requerimento 309 é de autoria do vereador Jorge Bocasanta e, requer informações junto ao gabinete do prefeito municipal, e a secretaria de planejamento e urbanismo, solicitando cópias de todo o processo sobre a LPN (licitação publica nacional) efetuada pela prefeitura municipal de Cascavel, para revitalização da Avenida Brasil, no trecho entre a praça da Bíblia e a Rua Martins Afonso de Souza, nas proximidades da praça Itália, a ser financiada pelo Bid. O requerimento 310 é de autoria do vereador Márcio Pacheco e requer informações acerca das construções de centros municipais de educação infantil - Cmei - previstas na lei orçamentária anual para 2015. O requerimento 311 é de autoria do vereador Pedro Martendal requer que a secretaria de serviços e obras públicas preste informações sobre obras no Jardim Padovani, na forma como especifica. Requerimento 312 de autoria do vereador Paulo Porto, requer informações da secretaria municipal de comunicação, referente às despesas com "serviços de terceiros - pessoa jurídica". Requerimento 314 de autoria de autoria do vereador João Paulo, requer de forma urgente aquisição de aparelhos de ar condicionado para Unidade de Pronto Atendimento Veneza, na forma que especifica. Requerimento 315 de autoria do vereador da comissão de economia, finanças e orçamento que requerem prorrogação de prazo de 10 dias, pra exarar parecer referente ao projeto nº 143/2014 e o

requerimento 316 de autoria do vereador João Paulo, requer de forma urgente o remanejamento de médicos e de profissionais da área para atender as Upa's do município de Cascavel, no período de 24 de dezembro 2014 a 05 de janeiro de 2015, na forma que especifica. Como há consenso na deliberação, dispensa-se o debate e passo pra votação. Em votação; os requerimentos 309, 310, 311, 312, 314, 315 e 316 conforme autoria e emendas lidas recentemente. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes estão aprovados os requerimentos 309, 310, 311, 312, 314, 315 e 316; finalizando assim a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores inscritos para o grande expediente, que são os vereadores João Paulo, Cláudio Gaiteiro, Rui Capelão, Nei H. Haveroth, Vanderlei Augusto da Silva e Pedro Martendal. Nessa ordem, com a palavra vereador João Paulo. - Vereador João Paulo: Venho à tribuna pra também, neste momento manifestar os pêsames a família do Adelmo Carvalho, cinegrafista da CGN que ontem, depois de alguns dias internado no hospital, acabou falecendo; então fica o registro nessa Casa de Leis, da pessoa do Adelmo Carvalho, cinegrafista da CGN. E dizer que embora o acidente ocorreu na rua Fortunato Bebber próximo a CGN, inclusive, dizer que já foi encaminhado vários ofícios a Cettrans e até agora não foi resolvido a questão da área lá, que fica próximo também do centro de eventos, onde está sendo bem gestionado com o secretário interino, Aparecido Dias. Na última sessão eu havia falado aqui, da secretaria de saúde sobre o que ocorreu na Upa do bairro Veneza, no domingo passado. Prontamente, a secretaria já tomou providências e será aberto procedimento administrativo ao médico que não atendeu aquelas pessoas que estavam aguardando; então vale meus cumprimentos a coordenação técnica da unidade por ter atendido esse apelo, não desse vereador, mas das pessoas que estavam aguardando na Upa, das 9 horas da manhã até as 18 horas da tarde. Também quero falar aqui, sobre o portal da secretaria de saúde que está disponibilizado ações e serviços nos programas desenvolvidos pela secretaria, bem como o organograma da mesma e as publicações com o plano municipal de saúde e programa anual de saúde, as prestações de contas, receitas, despesas, assim como as estatísticas de atendimento em serviço como Siate, Samu, Upa, e Unidades Básicas de Saúde. São números importantes que agora, toda população pode conferir de um jeito novo e transparente, pelo portal saúde e cidadania os pacientes atendidos na rede pública poderão verificar e acompanhar a situação da fila de espera, de consultas especializadas e exames, além de conferir vacinas, entre outros procedimentos pelo site cesau.cascavel.pr.gov.br. Falo isso, porque realmente é um grande avanço vereador Gugu Bueno e Jaime Vasatta, que nos acompanharam. O Gugu Bueno sendo presidente da CPI da saúde, vereador Jaime Vasatta e dizer que muitos foram os apontamentos nesta CPI e nós encaminhamos ao executivo e também encaminhamos ao Ministério Público, através da pessoa do Dr. Ângelo. Há muita demagogia que diz que essa CPI não fez nada, não trabalhou. Quero dizer que as coisas estão acontecendo, e que as pessoas acham que é da noite pra o dia que se resolve, mas

não é assim, então neste sentido quero enaltecer a secretaria neste sentido; porque dizer que é um avanço as pessoas irem na unidade de saúde, pegarem uma senha e conferir direto no seu computador, na sua casa, então um grande avanço que a secretaria de saúde está se manifestando pra atender um anseio da população. E outro detalhe que me chama atenção, em umas sessões passadas, um vereador disse: por que a CPI não determinou que colocasse informatização? A CPI indicou ao poder executivo, porque quem tem o poder é o executivo pra executar. Nós, apenas fazemos os apontamentos e nós, por sermos vereadores temos que fiscalizar e é isso que tem que acontecer. Por que a CPI não informatizou? Eu apenas sou vereador, não sou executivo, não sou prefeito dessa cidade. Tenho que respeitar e dizer que a secretaria de saúde, neste momento está cumprindo seu papel. E ouvi do próprio prefeito, Edgar Bueno, que a partir de 2015 será informatizado todos os postos de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Vossa Excelência não deveria se preocupar com esse tipo de fala, vereador João Paulo. Nós sabemos da seriedade com que foi conduzido os trabalhos da CPI da saúde, fizemos dezenas de apontamentos, identificamos problemas, fizemos raio X, apontamos as soluções. Sabemos que as coisas não acontecem da noite pra o dia. Já poderíamos aqui, enumerar diversas situações e fatores, que graças a CPI da saúde o poder executivo está sim, corrigindo essas questões e resolvendo todos aqueles pontos. Tenho certeza que a médio e longo prazo vamos sim, sentir uma melhora na saúde pública e a CPI da saúde deu sua participação, neste contexto. E aquele relatório produzido por essa comissão com toda certeza está auxiliando o executivo nas medidas, em relação à saúde pública do nosso município. Obrigado. – Vereador João Paulo: Agradeço sua participação e dizer que confio no Ministério Público, que já abriu inquérito civil pra se averiguar quanto a questão de atendimento nas Upa's de Cascavel e nas unidades de saúde, mas também não é da noite pra o dia que o Ministério Público vai determinar; então por isso tem que pegar e ter exatidão naquilo que é falado aqui, porque ninguém acompanhou esses 3 vereadores na madrugada, onde acordamos médicos. Vale a pena relatar o que está acontecendo, ninguém relatou quando você chega lá, as pessoas estão implorando atendimento de saúde, onde o município está fazendo sua parte, mas em contrapartida existem alguns servidores que não desempenham suas funções. Estamos atentos e vamos continuar fiscalizando. Muitas vezes a CPI da saúde pegou e fez um relatório e muitos disseram assim: relataram no relatório o que já sabíamos; mas quem colocou no papel, quem expôs isso ao executivo e disse que tem que tratar com seriedade? Quem foi ao governador do estado e falou: na 10ª Regional está acontecendo tantas coisas, então neste sentido nós estamos cumprindo o papel. E quanto a questão do requerimento 316, que é uma preocupação de vários vereadores aqui, o município vai fechar as unidades de saúde do dia 24 de dezembro até 5 de janeiro, sou favorável, mas precisamos que tenham mais médicos atendendo, não só mais médicos como corpo clínico sendo de enfermeiras, técnicos enfim, que não atinja a população de Cascavel, porque sabemos que no final de ano há muitos incidentes, como tentativa de homicídio e muitos acidentes na cidade de Cascavel. É um

requerimento em que estamos solicitando ao secretário que, possa ajustar principalmente um corpo clínico, quadro geral de médicos e também, atendentes nas unidades de pronto atendimento na nossa cidade. Era o que tinha. – Presidente: Vereador Cláudio Gaiteiro com a palavra. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Em virtude da grande produção que teve essa sessão de hoje, abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado. Vereador Rui Capelão, com a palavra. – vereador Rui Capelão: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, gostaria na iniciativa de falar sobre uma moção, já assinada por 7 vereadores aos funcionários das empresas de ônibus, motoristas e cobradores que neste momento têm sofrido bastante retaliações, em razão da decisão que tomaram em não exercer dupla função, de ter que dirigir o ônibus e ter que cobrar passagem; o que não é função deles. Estão realmente em greve e os vereadores: Paulo Porto, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Ganso sem limite, Pedro Martendal, Jorge Bocasanta e Márcio Pacheco já assinaram essa moção e coloco a disposição dos demais vereadores que queiram assinar esse nosso entendimento que, a greve deles é justa. E que nós defendemos na realidade, defender esses trabalhadores dentro da grande luta que eles têm travado, através do seu sindicato. Já está à disposição a moção nº 13, pra quem queira assinar. O vereador Marcos Rios, já se prontificou a assinar e qualquer outro que precisar, tenha bondade. Gostaria também, de fazer outros comentários aqui e dizer que, o aumento do IPTU a quem favoreceu, com certeza os mais abastados. A alegação que pagamos 12 mil isentos que não pagam, nós não fazemos projeto de IPTU, com aumento e nem discutimos pra aqueles que não pagam. Nós fazemos e discutimos projeto aqueles que pagam; os que não pagam não tem interesse nenhum nos projetos de lei. Quem paga na realidade são nossos trabalhadores que ganham mais de 2 salários mínimos, que sofrem com esses aumentos que atacam o poder aquisitivo da nossa população. E quero neste momento, sabendo que provavelmente segunda-feira, que é última sessão do ano, eu poderei não estar presente nesta sessão. Tenho alguns outros compromissos, mas quero fazer aqui um agradecimento sincero ao vereador Márcio Pacheco, presidente dessa Casa e dizer que me sinto orgulhoso e honrado do seu grande trabalho durante esses 2 anos que esteve na direção dessa Casa e dessa mesa e desejar que tenha um grande sucesso no trabalho no Legislativo estadual. Sei que fará um grande trabalho, estaremos aqui torcendo, nos colocando à disposição, foi um grande prazer tê-lo aqui, como representante da minha comunidade, onde você sempre muito bem representou e nos auxiliou nas grandes lutas por aquela população, bem como de toda população de Cascavel que temos pensado bastante; portanto quero dizer que Deus lhe acompanhe, lhe dê muita saúde pra fazer o seu grande trabalho, que sei que é sua intenção. Ao mesmo tempo gostaria também, já que estou dizendo que provavelmente não estarei na próxima sessão, desejar a todos os vereadores um feliz ano novo, um natal cheio de luz e alegria e, que o próximo ano venha cheio de ideias novas pra que tenhamos grandes debates nesta Casa, em defesa da nossa população e que a população ganhe com nossos debates. Então confio em todos vocês pra no próximo ano fazermos um grande trabalho nesta Casa e

a própria mesa diretiva que estará assumindo no próximo biênio; portanto meus agradecimentos a toda imprensa, a todos os segmentos que contribuíram com minha pessoa, que me honraram, fico orgulhoso do trabalho que todos fizeram e de toda solidariedade que me foi direcionada, desejar também a todo pessoal da Casa um feliz ano novo e um natal cheio de luz e alegria com a paz de Jesus. Era isso. Obrigado. – Presidente: Obrigado pelos cumprimentos, vereador. Obrigado pelo feliz natal, desejo igualmente a Vossa Excelência também, feliz natal e um ano cheio de paz, 2015 cheio de saúde e muita paz. Muito obrigado. Vereador Nei H. Haveroth com a palavra. – Vereador Nei H. Haveroth: Abriria mão da palavra, mas vou aproveitar o momento e serei breve. Primeiramente, pra cumprimentar o secretário Cidão que está aqui e também, pra agradecer e devolver ao vereador Rui Capelão um feliz natal e um bom descanso dos seus compromissos. Dizer que quando falei pra ele que do coro sai a correia, como meu pai me ensinava, era pra dizer que alguém sempre paga a conta, não pra atingi-lo e também falar pra Vossa Excelência, vereador Celso Dal Molin que é lamentável que muitas vezes pela forma como a gente se expressa, outras pessoas, principalmente o deputado Adelino Ribeiro que é do meu partido, tenho certeza que ele não vota pra fazer qualquer tipo de demagogia ou pra fazer campanha, ele vota conforme a consciência dele, pela personalidade que ele tem; porque conheço o Adelino desde 1994 quando eu era professor no Morumbi e nem candidato a vereador não era. Conheço profundamente a forma como ele conduz a vida política dele, não poderia deixar de me manifestar, não concordar com a fala de Vossa Excelência, porque no PSL nós agimos com independência. Deputado, não interfere no nosso partido e nós temos uma grande admiração pelo deputado Adelino e se ele colher frutos e votos pela atitude que ele toma é pelo trabalho que ele realiza. Outro assunto é agradecer aos vereadores que participaram do plano de arborização que foi feita audiência pública, na última terça-feira à noite, dia 16. E dizer que a secretaria de meio ambiente economizou um valor significativo pra nossa cidade; esses dias falei, e veio também hoje o vereador João Paulo reconhecendo o trabalho da secretaria municipal de saúde e repetir as palavras que falei esses dias: nós temos que ter a capacidade de reconhecer os problemas, os erros, as falhas, mas a grandeza também de reconhecer que têm coisas boas acontecendo na nossa cidade e coisas boas que nós temos sempre pela frente pra fazer e dentro de toda secretaria tem coisas boas e hoje reafirmar que a secretaria de meio ambiente economizou quando primeiramente foi solicitado pra fazer o plano de arborização na cidade de Cascavel e estava orçado em 7 milhões. A empresa pediu pra fazer o plano de arborização, a secretaria disse não, foi tentado via Universidade do Paraná e também, o valor ficava alto e hoje foi quase que elaborado toda a espinha dorsal adquirido equipamento, já com apenas o trabalho dos técnicos da secretaria do meio ambiente. Um custo muito baixo e que não chega a 100 mil reais de investimento, fora o serviço que é orçamentário e a despesa corrente. Queremos dizer que esse plano de arborização está sendo finalizado, irá pra uma comissão em Curitiba, que envolve diversas entidades que fazem análise e depois retorna pra essa secretaria que, encaminhará a essa Casa pra transformar então o

plano de arborização em um projeto de lei que regulamente e estabeleça todos os critérios que e o grande avanço que esse plano estabeleceu e os critérios pra que você plante árvores adequadas, recomendadas e os critérios pra retirada de árvore na nossa cidade, porque as leis anteriores são diversas e, muitas vezes são falhas e não contemplam em sua amplitude aquilo que deveria conter nas leis. (-Um aparte) A gente agradece essa Casa o apoio que teve, os vereadores que estiveram presentes lá, aqueles que não estiveram por seus compromissos, mas que certamente quando o plano virá pra essa Casa terão conhecimento de tudo aquilo que está em detalhe do que foi discutido. Passar a parte ao vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Meu amigo Nei H. Haveroth, Rômulo Quintino, Cláudio Gaiteiro, sobre o deputado Adelino, conheço ele do tempo que ele vendia bilhete e eu limpava carro na antiga Verde Vale. Conheço ele há muito tempo, sei quem é a pessoa dele e ele cresceu e foi abençoado pelo esforço dele; a colocação que eu fiz: deixar claro que não foi colocando que ele fazia isso, mas em cima da fala do Cláudio, onde ele colocou que alguns podiam votar menos na taxa de imposto pra ganhar voto. Como ele votou contra eu dei os parabéns pra ele na outra sessão e os outros vereadores que votaram contra aquele pacote do estado, eu só fiz uma colocação e uma pergunta: Então ele está ganhando votos, querendo fazer campanha? Mas tenho uma admiração muito forte pelo Adelino e conheço ele desde 70, do tempo que ele vendia bilhete e eu limpava carro ali na Verde Vale, então conheço a pessoa dele, dou os parabéns pra ele e só foi em cima dessa fala que fiz a colocação. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado vereador e não esperaria outra coisa de Vossa Excelência, que não fosse uma atitude dessa forma; porque o Adelino realmente é uma pessoa muito limpa. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Obrigado vereador pelo aparte. Pegando um gancho na sua fala sobre o plano de arborização na cidade de Cascavel, gostaria de cumprimentá-lo. Vossa Excelência esteve lá, como um dos comandantes daquela audiência pública, coordenando a mesa. Estive lá e assisti, realmente um espetáculo esse plano de arborização que vai acontecer em Cascavel, onde serão contemplados aproximadamente 60 mil novas mudas de árvores, em todo o município de Cascavel a partir já do ano que vem e o sistema como eles estão levando esse plano de arborização a gente percebe o profissionalismo daquelas pessoas, que trabalham no meio ambiente, aquelas engenheiras, engenheira Mariana, engenheiro Jair, engenheiro Ferreira, todos imbuídos em fazer o melhor pra Cascavel. Então parabenizo por estar à frente, coordenando esse grande projeto pra Cascavel e pode ter certeza que o município estará ganhando com isso. Cascavel agradece. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado pelas palavras e aproveitar o momento pra enaltecer o trabalho de toda a equipe da secretaria de meio ambiente, principalmente os técnicos envolvidos no plano de arborização que fizeram e com certeza será modelo, pra outros municípios, o plano de arborização de Cascavel. Era o que tinha senhor presidente, muito obrigado. – Presidente: Obrigado vereador, vereador Vanderlei Augusto da Silva, com a palavra. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Pelo adiantado da hora abriria mão da palavra, mas só quero fazer um registro. Cumprimentar nossa coordenadora diocesana da

pastoral da criança, a Maria de Lourdes Minon Schram, a Lourdinha, que nós tivemos requerimento de nossa autoria aprovado nesta Casa hoje, a qual ela estará recebendo homenagem pelos relevantes serviços prestados à Pastoral da Criança no nosso município e também na região. E quero aproveitar a oportunidade pra fazer um registro dos 30 anos da revista Nova Fase, do jornalista José Ivaldece, então quero parabenizá-lo por todo esse tempo de atuação na comunidade de jornalismo local e regional, do jornalista José Ivaldece. Era isso, obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Pelo adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Muito bem senhores vereadores, imaginava que a sessão seria um pouco mais extensa, mas até que foi rápida; agradeço a todos pela presença, os profissionais de imprensa também. Na segunda-feira, temos a última sessão ordinária do ano de 2014. Há pedidos pra alguns projetos importantes ainda. Não sei se haverá necessidade de convocação de alguma sessão extraordinária, mas se houver serão avisados o mais brevemente possível. Bom fim de semana aos senhores, até segunda-feira às 9:30 da manhã, quando estará toda comunidade de Cascavel convidada pra também participar. Agradeço a todos pela presença e encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e cinquenta e seis minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilsa Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário